

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
ANA CECILIA COMINESI**

**A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA: UMA ANÁLISE À LUZ DE
THEODOR ADORNO**

Campo Grande – MS
2025

ANA CECILIA COMINESI

**A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA: UMA ANÁLISE À LUZ DE
THEODOR ADORNO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
pré-requisito para graduação no Curso de Licenciatura
em Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Ronaldo José Moraca (FACH-
UFMS)

Campo Grande – MS 2025

LICENCIATURA EM FILOSOFIA

**A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA: UMA ANÁLISE À LUZ DE
THEODOR ADORNO**

ANA CECILIA COMINESI

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ronaldo José Moraca – Orientador
Faculdade de Ciências Humanas – FACH-UFMS

Prof. Amir Abdala
Faculdade de Ciências Humanas – FACH-UFMS

Prof. Pedro Uchôas Damasceno
Pós doutorando da Faculdade de Ciências Humanas/UFMS

AGRADECIMENTOS

Ao escrever estas notas, fui tomada por um misto de emoções que marcaram toda a minha vida – emoções que agora se revelam de forma mais intensa: desespero, felicidade, medo. Nesse processo, pude perceber e refletir que, desde o momento em que tomei consciência de mim mesma, experienciei a filosofia como parte constitutiva do meu ser. Por meio dela, desenvolvi o afeto pelo ato de ensinar.

Chegar ao fim de mais um ciclo – algo que sempre me remeteu ao desespero – e, ainda assim, sentir que consegui concluir esta etapa é motivo de profunda felicidade, gratidão e uma doce nostalgia.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, **Eliane Cominesi**, que, com a força e a destreza de uma mulher e mãe solo, conseguiu – à sua maneira, mesmo quando incompreendida por mim – criar e sustentar a mim e aos meus dois irmãos.

Ao meu irmão, **João Vitor Cominesi**, minha eterna gratidão. Graças a você, experimentei um mundo sem o gosto amargo da solidão. Compartilhamos um universo de aventuras e brincadeiras na infância, atravessamos juntos momentos difíceis na adolescência e, hoje, você é meu companheiro em discussões filosóficas.

À minha amiga **Julia Pereira Partzlaff**, por me ensinar o verdadeiro significado do companheirismo e por me fazer enxergar a beleza até nas coisas mais simples da vida – fazendo com que elas ganhem sentido por meio do ato de admirar.

Por fim, agradeço aos meus professores **Ronaldo José Moraca, Amir Abdala, Erickson Cristiano, Cristina Agostini e Maíra de Souza Borba**, por me guiarem pelos vastos caminhos da filosofia e me permitirem experienciar o verdadeiro significado do amor à sabedoria e ao ensinar.

EPÍGRAFE

“Onde a natureza rigidamente compulsiva do estereótipo interrompe a dialética da tentativa e erro, à estupidez entra em cena”

Theodor W. Adorno

RESUMO

O presente estudo visa analisar a concepção da categoria "personalidade autoritária" formulada pelo filósofo alemão Theodor W. Adorno (1903-1969), investigando como essa estrutura de caráter está indissolivelmente atrelada ao clima cultural dominante da sociedade. Por meio do pensamento adorniano, pretende-se suscitar debates que permitam repensar os dilemas do mundo contemporâneo e as manifestações de autoritarismo na era digital. Para alcançar este objetivo, a pesquisa se baseia em objetivos específicos e utiliza como arcabouço teórico duas obras centrais da Escola de Frankfurt. Primeiramente, busca-se analisar os estudos sobre a formação da personalidade autoritária contidos em *Estudos Sobre a Personalidade Autoritária* (1975), da qual Adorno é coautor. Essa obra, que se vale de uma pesquisa integrada entre filosofia, sociologia e psicologia, será fundamental para compreender a gênese e as características psicossociais do indivíduo autoritário, bem como a importância do meio social, psíquico e estrutural nesse desenvolvimento. Em segundo lugar, será utilizada a obra *Indústria Cultural: O Esclarecimento como Mistificação em Massa* (1947), escrita em parceria com Max Horkheimer. Esta servirá de apoio contextual para demonstrar como o clima cultural, mediado pela padronização da cultura, atua como o reflexo e o reforço das anomalias do sistema capitalista no âmbito social, estabelecendo o contexto propício para a consolidação da personalidade autoritária. A pesquisa então se volta para o cenário atual, buscando demonstrar como a personalidade autoritária tem se expressado, cada vez mais, por meio das redes sociais, um novo ambiente cultural onde se propaga e ataca diretamente a democracia e os grupos minoritários. Por fim, o estudo visa apontar possibilidades de enfrentamento dessa problemática, utilizando o rigor do pensamento crítico e a metodologia da dialética filosófica para a superação das contradições e o estímulo à autonomia do sujeito.

Palavras-chave: Autoritarismo. Adorno. Dialética. Indústria cultural

ABSTRACT

The present study aims to analyze the conception of the category of “authoritarian personality” formulated by the German philosopher Theodor W. Adorno (1903–1969), examining how this character structure is indissolubly tied to the dominant cultural climate of society. Through Adorno’s thought, the research seeks to foster debates that allow for a reconsideration of contemporary dilemmas and the manifestations of authoritarianism in the digital age. To achieve this aim, the study is guided by specific objectives and grounded in two central works of the Frankfurt School. First, it examines the studies on the formation of the authoritarian personality presented in *The Authoritarian Personality* (1975), of which Adorno is a co-author. This work, based on an integrated approach involving philosophy, sociology, and psychology, is crucial for understanding the genesis and psychosocial characteristics of the authoritarian individual, as well as the relevance of the social, psychic, and structural environment in this process. Second, the study draws on the essay *The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception* (1947), written in collaboration with Max Horkheimer. This text provides the contextual foundation to demonstrate how the cultural climate—mediated by the standardization of culture—functions as both a reflection and reinforcement of the anomalies of the capitalist system within society, creating a favorable context for the consolidation of the authoritarian personality. The research then turns to the contemporary landscape, seeking to show how the authoritarian personality has increasingly manifested itself through social media, a new cultural environment in which it proliferates and directly threatens democracy and minority groups. Finally, the study aims to present possible ways of confronting this issue by employing the rigor of critical thought and the methodology of philosophical dialectics to overcome contradictions and promote the autonomy of the subject.

Keywords: Authoritarianism. Adorno. Dialectics. Culture Industry.

INTRODUÇÃO

O Iluminismo, corrente filosófica central do século XVIII, tinha como objetivo transformar a sociedade, a ciência, a literatura e a cultura por meio da razão universal. Seu ideal era iluminar o que era obscuro, rompendo os paradigmas teocêntricos e dogmáticos da Era Medieval e do Antigo Regime. O projeto iluminista visava à emancipação humana, promovendo a liberdade individual, a autonomia do pensamento e o progresso técnico-científico.

Apesar de florescer no Setecentos, o Iluminismo baseou-se em correntes filosóficas estabelecidas no século anterior, notadamente o Empirismo e o Racionalismo, que forneceram diferentes métodos para a aquisição do conhecimento. Antes do firmamento do Iluminismo, o filósofo inglês Francis Bacon¹ (1561–1626) publicou o *Novum Organum* (1620). Nesta obra seminal, ele delimitou a importância do saber indutivo e defendeu o saber prático baseado na experiência e observação. Para Bacon, a verdadeira ciência deveria abandonar os preconceitos (os "Ídolos") e buscar o domínio da natureza em prol do bem-estar humano, condensado na máxima: "Saber é poder." Essa ênfase na experiência e na utilidade prática tornou-o um precursor direto do pensamento iluminista.

O pensamento de Bacon se distingue fundamentalmente do Racionalismo Cartesiano, cujo principal expoente foi René Descartes (1596–1650). Descartes acreditava que a fonte primária do conhecimento indubitável reside na razão pura e na dedução, começando por verdades evidentes e auto-justificáveis (como o *Cogito, ergo sum*). Enquanto o empirismo (Bacon) parte dos fatos observados para a teoria, o racionalismo (Descartes) parte da certeza da mente para deduzir o mundo. No campo da Filosofia Política, o Iluminismo utilizou a razão para formular teorias sobre a origem e a legitimidade do Estado. Filósofos contratualistas como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, apesar de pertencerem a épocas ligeiramente distintas e chegarem a conclusões diferentes, partilhavam a mesma base iluminista da razão: a tentativa de entender a

¹ O *Novum Organum* (1620) de Francis Bacon propõe o método indutivo (observação e experiência) em substituição à lógica dedutiva aristotélica, visando o conhecimento prático e o domínio da natureza ("*Saber é poder*") em prol do bem-estar humano.

criação do Estado Civil a partir de um Estado de Natureza hipotético e de um Contrato Social racionalmente estabelecido.

No entanto, o projeto de Razão do Iluminismo, que prometia a emancipação, revelou-se um período de profundas contradições nos séculos seguintes. Já no século XX, com o advento das transformações tecnológicas e o auge do Capitalismo, o tecnicismo consolidou-se como uma problemática. Esses progressos técnico-científicos impulsionaram o desenvolvimento industrial e, crucialmente, transformaram os meios de comunicação em escala global. Segundo a perspectiva da Teoria Crítica (representada por pensadores da Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno e Max Horkheimer), o Iluminismo não cumpriu sua promessa. Em vez de "iluminar o obscuro" em direção à razão, ele degenerou em uma Razão Instrumental, voltada apenas para a eficiência e o controle. O rádio, a televisão e o cinema não apenas perderam seu papel social emancipador, mas se converteram em peças centrais da Indústria Cultural. Essa estrutura padronizada e homogeneizada opera para alienar os indivíduos, transformando a cultura em mercadoria. A Indústria Cultural alimenta as engrenagens capitalistas, promove a mistificação das massas e é capaz de uniformizar a política, sufocando o pensamento crítico e a individualidade em prol da manutenção do status quo. Assim, a própria razão, instrumentalizada pela técnica, tornou-se o meio de opressão que o Iluminismo pretendia combater.

A passagem do telefone ao rádio dividiu de maneira justa as partes. Aquele, liberal, deixava ainda ao usuário a condição de sujeito. Este, democrático, torna todos os ouvintes iguais ao sujeitá-los, autoritariamente, aos idênticos programas das várias estações [...] O cinema e o rádio não têm mais necessidade de serem empacotados como arte. A verdade de que nada são além de negócios lhes serve de ideologia. (ADORNO, 1947, p. 5-6)

Nesse contexto, os sujeitos, imersos na promessa de inovação, viram seu potencial de pensamento crítico ser ofuscado. O intelecto foi reduzido à razão instrumental, limitada à busca de desejos individuais e à obsessão pelo progresso técnico – e não pelo bem-estar coletivo ou pelo desenvolvimento moral (a referência à *eudaimonia*² é tangencial e deve ser simplificada). Essa capitulação do intelecto ao imediato e ao poder estabelecido criou o solo fértil para a emergência de traços da Personalidade Autoritária: a rigidez, a submissão cega à autoridade e a predisposição à crueldade, essenciais para a manutenção de um poder industrial cada vez mais ampliado.

² O conceito de *Eudaimonia* (εὐδαιμονία), explorado por Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco*, refere-se à "felicidade" ou "florescimento humano". Ele a define como a atividade da alma em conformidade com a virtude (a excelência), sendo o fim último e o bem supremo da vida humana.

Em meados de 1923, na Alemanha, surge o Instituto de Pesquisa Social, vinculado à Escola de Frankfurt e integrado por um grupo de filósofos, sociólogos e psicólogos. Fundado por Lucio Felix José Weil (1898–1975), filho de um rico comerciante de grãos, ingressou ainda na juventude na Universidade de Frankfurt, graduando-se em Ciências Políticas, tendo tido contato direto com a esquerda e participado ativamente do movimento socialista. De acordo com RAMALHO (2019) Em 1930, Max Horkheimer (1895–1973) tornou-se diretor do Instituto, que passou a contar com figuras emblemáticas como Herbert Marcuse (1898–1979), Jürgen Habermas (1929–atual) e Theodor W. Adorno (1903–1969).

Diante do contexto capitalista europeu, da ascensão do Nacional-Socialismo e da preocupação ocidental com os regimes bélicos, o Instituto de Pesquisa Social, inicialmente composto por teóricos enraizados no marxismo, não se limitava exclusivamente a ele; metodologicamente, integrava contribuições da filosofia, teologia, teorias sociais, política, psicanálise e arte, buscando respostas inovadoras e formas de avanço social. Essa busca por novos caminhos teóricos levou Theodor Adorno e seus pares a romper com a análise tradicional, adjacente ao método cartesiano e à ciência positivista, por considerá-la excessivamente rígida. Tal rigidez deriva da submissão do objeto ao conceito: no racionalismo cartesiano, há um sistema conceitual a priori ao objeto de pesquisa. O método científico tradicional, em sua busca por totalidade, reduz o objeto a conceitos gerais, ignorando o que não se encaixa. Isso anula as particularidades e impede que o objeto se revele em sua própria estrutura complexa.

Em um nível mais profundo, a crítica reside no fato de que o método cartesiano (e a ciência positivista que o sucedeu) recusa o fragmentário, o transitório e o efêmero – justamente as características essenciais do ensaio como forma e, para Adorno, da própria realidade histórica sob o capitalismo. A superação dessa rigidez era vital para que a Teoria Crítica pudesse apreender as contradições sociais de seu tempo:

O ensaio não procura estabelecer algo de forma dedutiva, a partir de princípios e definições iniciais, como exige o ideal cartesiano de ciência. [...] A desconfiança que inspira o ensaio, como se fosse algo menor ou sem rigor, repousa em grande parte sobre o preconceito de que a precisão só pode ser alcançada mediante o método sistemático (ADORNO, 2003, p. 11–14).

A teoria segundo HORKHEIMER (1937) é o saber acumulado de tal forma que permita ser este utilizado na caracterização dos fatos tão minuciosamente quanto possível. Este que em sua análise geral rígida, tende a sufocar a abertura, a dúvida e o movimento inerente ao pensamento

e das particularidades. Diante disso, Adorno propõe a superação da teoria tradicional, vista como estática e formalista, e a construção da teoria crítica essa, sustentada pela Dialética Negativa, concebida como um movimento aberto, vivo e criador.

A Dialética Negativa de Adorno não visa superar contradições em uma síntese final, mas sim manter a tensão e o atrito entre os conceitos e a realidade. Ela supera a estrutura lógica rígida do positivismo e é impulsionada pelas contradições reais da sociedade. Ao rejeitar o primado da razão instrumental, essa Teoria Crítica passa a considerar o papel da subjetividade e da imaginação como forças capazes de apreender e potencialmente transformar a realidade alienada.

O trabalho pretende apresentar como Adorno elaborou a noção da personalidade autoritária em sua obra *Estudos sobre a Personalidade Autoritária* (2019). Elaborada no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, durante a década de 1940, a obra fez parte de um projeto interdisciplinar financiado pelo American Jewish Committee (VHF da Costa, 2019, p.19). Inicialmente, o projeto de pesquisa que resultou na obra *Estudos sobre a Personalidade Autoritária* estava focado na análise do antissemitismo. Contudo, ele se transformou em uma investigação mais geral, abrangendo a pesquisa sobre diversas minorias. O objetivo central do estudo era, portanto, compreender as raízes psicológicas e sociais do autoritarismo e do preconceito, buscando explicar como regimes totalitários, como o nazismo, puderam surgir e se consolidar (VHF da Costa, 2019, p. 21).

Membro da Escola de Frankfurt, Adorno rompe com as fronteiras tradicionais do saber ao integrar reflexões filosóficas com outras ciências particulares, como a psicologia, a análise social e a crítica literária. Nesse sentido, ele compreende que a personalidade autoritária não é inata ao ser humano, mas um produto histórico-social que se manifesta por meio de estruturas psíquicas construídas na relação com o meio. Isso permite afirmar que compreender sua gênese crítica é também a via para a combater.

Esse fenômeno mostra-se ainda mais expressivo na contemporaneidade, intensificado pelo avanço das tecnologias digitais. As redes sociais, em especial, tornaram-se espaços privilegiados para a propagação de discursos autoritários, ataques à democracia, à política, às religiões, às minorias sociais e raciais. Esse cenário revela que os problemas filosóficos estão profundamente enraizados em diversas áreas do conhecimento e alimentam o debate sobre como a dialética pode ser uma via possível para o enfrentamento dessas questões.

O trabalho irá se desdobrar em três temas:

- I. Analisar os estudos sobre a formação da personalidade autoritária, compreendendo a importância do meio social, psíquico e estrutural no desenvolvimento desse tipo de personalidade, a partir das contribuições das ciências particulares envolvidas;
- II. Demonstrar como a personalidade autoritária tem se expressado, cada vez mais, por meio das redes sociais, onde se propaga e ataca diretamente a democracia e os grupos minoritários;
- III. Apontar possibilidades de enfrentamento da problemática por meio da dialética filosófica e do pensamento crítico.

1. A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA

O problema da formação da identidade autoritária atravessa décadas de história, deixando um rastro sangrento e antidemocrático, como evidenciado nas guerras mundiais e civis. Na contemporaneidade, com o avanço das revoluções industriais e tecnológicas, a postura fascista adquiriu novas táticas e meios de propagação, o que ampliou significativamente a velocidade e o alcance da disseminação de sua propaganda no meio social.

Essa realidade evidencia um problema de natureza filosófica que ultrapassa as ciências particulares e se consolida além das esferas social, mental e histórica. Trata-se de investigar a *phýsis* constitutiva do autoritarismo para, por meio de um processo dialético, alcançar seu *télos*.

De acordo com VHF COSTA (2019), Theodor W. Adorno, filósofo alemão, foi um dos principais nomes da chamada Escola de Frankfurt. Refugiado político do regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial, Adorno chegou aos Estados Unidos em 1941. Nesse novo contexto, constatou que o fascismo não era um fenômeno isolado da Europa, mas que também se manifestava expressivamente na sociedade norte-americana por meio de propagandas ideológicas. A partir dessa constatação, Adorno iniciou, em colaboração com os pesquisadores, Else Frenkel-Brunswik, Daniel Levinson e Nevitt Sanford, um estudo pioneiro sobre o autoritarismo. Esse trabalho culminou na publicação da obra *Estudos sobre a Personalidade Autoritária* (*The Authoritarian Personality*), que combinou métodos da sociologia, psicologia e psicanálise para investigar tendências autoritárias em indivíduos.

Esta obra combinou abordagens da sociologia, psicologia e psicanálise para a investigação de tendências autoritárias em indivíduos. A natureza inovadora do projeto foi determinada pela distinção metodológica de responsabilidades entre os coautores: Theodor Adorno dedicou-se ao

desenvolvimento da dimensão sociológica do estudo e à análise dos fatores sociais inerentes à personalidade; Else Frenkel-Brunswik incumbiu-se da formulação das primeiras variáveis da personalidade, bem como da categorização e da quantificação do material oriundo das entrevistas; Daniel Levinson responsabilizou-se pela elaboração das essenciais escalas de medição do preconceito, notadamente as escalas AS (Antissemitismo), E (Etnocentrismo) e C (Conservadorismo); e Nevitt Sanford foi o encarregado pela combinação e pela execução das técnicas de pesquisa aplicadas aos sujeitos entrevistados. Esta sinergia de áreas do saber e a rigorosa divisão metodológica foram determinantes para a profundidade e para o impacto da obra. (VHF da Costa, 2019, p.30-31).

Com o intuito de produzir uma pesquisa empírica, a equipe de Adorno aplicou questionários e realizou entrevistas com aproximadamente 2.099 pessoas, em sua maioria brancos, de classe média, norte-americanos e não judeus, com idades entre 20 e 30 anos, organizados em 21 grupos. O objetivo era investigar opiniões, atitudes e valores de cunho antidemocrático. Os participantes não tinham conhecimento prévio sobre a real pretensão da pesquisa – foi informado a eles que se tratava de um estudo sobre questões sociais gerais.

Foram utilizadas seis técnicas de pesquisa empírica: preenchimento de questionários, fornecimento de dados gerais, respostas discursivas a questões projetivas, entrevista ideológica, entrevista clínica e o Teste de Apercepção Temática (TAT)³. No total, foram aplicados quatro formulários (Formulários 76, 60, 45 e 40), compostos por quatro escalas temáticas: Antissemitismo (AS), Etnocentrismo (E), Conservadorismo Político-Econômico (PEC) e Fascismo (F). A escala F foi um avanço metodológico por medir tendências antidemocráticas implícitas, sem mencionar grupos minoritários, atuando como um “indicador” de predisposições subjacentes.

As pontuações obtidas nos questionários permitiram classificar os participantes entre altos e baixos pontuadores – ou seja, entre os mais e menos predispostos ao preconceito. Embora poucos indivíduos tenham se mostrado abertamente antidemocráticos, os pesquisadores identificaram traços de potencial fascista em sujeitos suscetíveis à propaganda ideológica autoritária. Considerou-se, portanto, que o apoio a ideologias autoritárias poderia evoluir de um estado latente e inconsciente para uma manifestação explícita, culminando em atos de violência contra grupos

³ Para aprofundamento nas escalas do teste (TAT), buscar na obra “Estudos sobre personalidade autoritária”, a partir da p.23 de Virginia Helena Ferreira da Costa

minoritários em períodos de crise social. Nesse sentido, o discurso autoritário se mostra eficaz por intensificar tendências já existentes no indivíduo.

Por meio desses resultados, os autores buscaram eliminar preconceitos e alcançar um padrão analítico da personalidade autoritária, compreendida como a “organização de forças mais ou menos duradouras no indivíduo”. Essa personalidade não é inata ao ser humano, mas sim produto do ambiente social – não podendo ser isolada do contexto histórico em que está inserida. Tal concepção reforça a tese de que é possível combater a postura fascista a partir da compreensão crítica de sua formação e sustentação.

Nesse escopo, torna-se relevante resgatar que, ainda em 1936, antes do projeto TAP, Max Horkheimer, Erich Fromm e Herbert Marcuse já haviam publicado o ensaio “Autoridade e Família” (1990), com base na teoria freudiana, buscando compreender por que a classe trabalhadora alemã aceitou ideologias autoritárias após a Primeira Guerra Mundial. O objetivo era investigar como as ideologias com interesses capitalistas são reproduzidas por indivíduos da classe subordinada, o que impede o desenvolvimento de uma consciência de classe, promovendo dominação social, física e psicológica. Essa contraposição entre o objetivo e o subjetivo, mediada por teorias marxistas articuladas com outras áreas do saber, orientou o programa teórico da Escola de Frankfurt.

Os pesquisadores da Escola de Frankfurt, notadamente Adorno e seus colaboradores, efetuaram uma revisão crítica dos princípios da psicanálise tradicional, recusando o determinismo psicológico puro. Eles propuseram uma concepção socialmente contextualizada do sujeito, entendendo que a personalidade não deve ser hipostasiada como algo fixo, isolado ou a determinante última das preferências. Longe de ser uma entidade imutável, a personalidade é uma organização de necessidades que se desenvolve e é constantemente moldada sob o impacto de fatores sociais, econômicos e ambientais, jamais podendo ser isolada da totalidade social em que existe. Esta abordagem é chave para compreender como contradições e conflitos psíquicos, frequentemente estudados pela psicanálise, são, na verdade, expressões internalizadas de determinações sociais contraditórias. Essa mediação entre o psíquico e o social permitiu aos autores definir uma tipologia autoritária, que funciona como o elo entre a estrutura de caráter do indivíduo e sua suscetibilidade a ideologias antidemocráticas e preconceituosas.

Uma vez reconhecido que opiniões, atitudes e valores dependem de necessidades humanas e uma vez que a personalidade é essencialmente uma organização de necessidades, então a personalidade pode ser encarada como um determinante de preferências ideológicas. A personalidade não deve, entretanto, ser hipostasiada como a

determinante última. Longe de ser uma coisa dada desde o começo, que permanece fixa e age sobre o mundo circundante, a personalidade se desenvolve sob o impacto do ambiente social e nunca pode ser isolada da totalidade social dentro da qual ela existe. (ADORNO; DANIEL; ELSE; STANFORD, 1975, p.79)

Tal fator se escancara na transição do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista, a figura do patriarca familiar perde espaço para a força impessoal do mercado. A família, antes mediadora entre o social e o psicológico, deixa de ser o núcleo formador da autonomia crítica do sujeito e passa a reproduzir, no âmbito doméstico, o modelo mercadológico. A infância, então, passa a ser moldada por instituições como a escola e pela indústria cultural, que treinam o indivíduo para se adaptar ao sistema sem desenvolver pensamento crítico. De acordo com a conclusão de Adorno “As particularidades do eu são mercadorias monopolizadas e socialmente condicionadas, que se fazem passar por algo de natural.” (ADORNO, HORKHEIMER, 1995, p. 201).

Neste sentido, a personalidade autoritária manifesta-se como um resultado direto da internalização contraditória de valores dominantes na sociedade. Esses valores, que frequentemente se apresentam como naturais e inquestionáveis (como a rígida adesão à hierarquia ou o convencionalismo), estão na verdade a serviço da manutenção de uma ordem social injusta e repressiva. O indivíduo, ao internalizar essas normas de forma rígida, desenvolve uma estrutura psíquica suscetível a tensões. Em períodos de crise social ou econômica, quando as frustrações individuais e coletivas se intensificam devido à instabilidade do sistema, essa estrutura psíquica recorre a mecanismos de defesa, sobretudo a projeção. O sujeito autoritário, incapaz de criticar a estrutura social ou de assumir suas próprias falhas, projeta suas frustrações e hostilidades em alvos externos, geralmente grupos minoritários ou dissidentes. Esse processo de busca e ataque a bodes expiatórios é o que ativa e mobiliza o potencial fascista latente na sociedade, transformando a patologia individual em uma força política destrutiva.

A metodologia da pesquisa também contemplou a aplicação de questões abertas a uma amostra de participantes: “Quais seriam os seus impulsos mais difíceis de controlar?”, “Qual pessoa viva ou morta você mais admira?”, “Quais seriam os piores crimes que uma pessoa poderia cometer?”. Os 25% com maior e menor pontuação foram submetidos a entrevistas clínicas com estudantes de psicologia treinados por Adorno. O TAT (Thematic Apperception Test), por sua vez, permitiu observar projeções de ideologias, desejos, medos, fantasias e conflitos inconscientes.

A análise permitiu identificar um conjunto de nove características centrais da síndrome autoritária, cujo funcionamento revela um padrão psicológico marcado pela rigidez normativa e pela hostilidade dirigida ao “outro”. Entre esses elementos, destacam-se o convencionalismo, expresso na adesão inflexível a valores tradicionais e na identificação simbólica com grupos de status elevado; a submissão à autoridade, traduzida na obediência acrítica a líderes idealizados; e a agressividade autoritária, direcionada sobretudo a grupos marginalizados. Soma-se a isso a anti-intracepção, que implica rejeição de introspecção e subjetividade, e a estereotipia, evidenciada em formas de pensamento simplificadas, resistentes à ambivalência. A síndrome também envolve a valorização hierárquica do poder, sustentada pela crença em estruturas sociais rígidas entre dominantes e dominados; bem como a destrutividade e o cinismo, associados ao etnocentrismo e à rejeição sistemática do diferente. Por fim, incluem-se a projeção, mecanismo pelo qual impulsos e desejos reprimidos são atribuídos ao outro, e as preocupações sexuais exacerbadas, que se manifestam em obsessões, ansiedades ou repressões vinculadas à sexualidade. Essas dimensões, quando articuladas, configuram um perfil autoritário sustentado por padrões emocionais, cognitivos e sociais profundamente interligados.

2. CONFORMISMO E SUBMISSÃO

Conforme os questionários e as entrevistas foram realizados, analisou-se que havia uma relação intrínseca entre os valores convencionais e os preconceitos. Este traço psicológico leva o indivíduo a ajustar seus pensamentos, comportamentos e valores às normas estabelecidas por um grupo ou autoridade. Diante disso, segue-se a conclusão:

Se, por outro lado, a adesão aos valores convencionais for determinada pela pressão social externa contemporânea, se ela for baseada na adesão do indivíduo aos padrões dos poderes coletivos com os quais ele, no momento, está identificado, então devemos esperar uma estreita associação com a receptividade antidemocrática. (ADORNO, 1998, p. 131).

O que significa que o indivíduo, movido pela necessidade de pertencimento, segurança e aprovação social, inserido em um meio ou realidade exterior, onde existem ditames convencionais e morais com os quais ele se vê projetado, encontrará a oportunidade de aderir a tais grupos. E, quando existirem grupos em que não haja adesão a esse convencionalismo, surgirá a necessidade de punição. O conformismo reduz a autonomia crítica do indivíduo e o leva a aceitar figuras de poder ou sistemas de controle. Essa atitude remonta à generalização e à submissão à autoridade, que se caracteriza pelo "desejo de um líder forte" e pela subserviência ao Estado. Essa figura

autoritária pode se apresentar de formas variadas, desde pessoas mais velhas até líderes religiosos ou políticos.

Tal abordagem traz uma contribuição importante para a filosofia política pois historicamente, a submissão à autoridade foi justificada pela filosofia política como um ato de racionalidade. Thomas Hobbes, em *O Leviatã* (1651), ao elaborar a teoria da criação de um Estado soberano legítimo, postula que os homens vivem em um constante estado de natureza de guerra, movidos pela inveja, ambição e vingança. Para que essa condição se encerre, os indivíduos, motivados pela autopreservação e pelo medo da morte violenta, renunciam a parte de seus desejos e liberdade em favor de uma figura maior, o soberano absoluto, que lhes garante paz e segurança:

A única maneira de instituir um tal poder comum... é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade... Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações (HOBBS, 2003, p. 61).

Segundo essa perspectiva, a submissão do indivíduo é estritamente racional e necessária, dando-se pelo cálculo utilitário da busca pela segurança e pela paz por meio de um contrato mútuo. Em franco contraste com o modelo hobbesiano, a Teoria Crítica de Adorno questiona essa justificção da submissão como um ato puramente racional. Em sua análise empírica da modernidade – que integra aspectos sociais, psicológicos e filosóficos, Adorno identifica que os indivíduos do século XX se submetem a líderes autoritários de maneira irracional. Para a Personalidade Autoritária, a subserviência não é um cálculo de segurança, mas sim a consequência de fatores psicológicos como insegurança, repressão emocional e a busca de identificação com figuras de poder que prometem estabilidade à custa da autonomia individual. Desta forma, o que em Hobbes é um pacto lógico, em Adorno se revela um mecanismo de defesa psicológico que sustenta o autoritarismo na sociedade moderna:

Pode-se admitir que, na Alemanha, as transformações e os conflitos econômicos dentro da sociedade foram tais que, apenas por essa razão, o triunfo do fascismo era cedo ou tarde inevitável; mas os líderes nazistas não agiram como se eles acreditassem nisso; pelo contrário, eles agiram como se fosse necessário a todo momento levar em conta a psicologia das pessoas - ativando cada grama de seu potencial antidemocrático, ajustando-se a elas, eliminando a mais tênue centelha de rebelião (ADORNO; DANIEL; ELSE; STANFOR; 1975, p.88)

Outra hipótese levantada por Adorno é de que a submissão autoritária seria uma maneira comum de lidar com sentimentos ambivalentes em relação a figuras de autoridade: impulsos hostis e rebeldes subjacentes, controlados por medo, levavam o sujeito a exagerar na direção do respeito, da obediência, da gratidão e outros comportamentos similares (ADORNO, 2019, p. 141).

Este mecanismo teórico encontra seu exemplo histórico mais sombrio na figura de Adolf Eichmann, membro da SS (*Schutzstaffel*) e responsável pela logística da deportação de judeus para os campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Capturado e julgado pelo tribunal israelense, o comportamento de Eichmann foi analisado pela filósofa Hannah Arendt em sua cobertura do julgamento. Arendt desvenda a essência da obediência irracional:

Eichmann não era nenhum Iago, nenhum Macbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de 'se provar um vilão'. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa... Para falarmos em termos coloquiais, ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo. Foi precisamente essa falta de imaginação que lhe permitiu sentar meses a fio na frente do judeu alemão que conduzia o interrogatório da polícia, abrindo seu coração para aquele homem e explicando insistentemente como ele conseguira chegar só à patente de tenente-coronel da SS e que não fora falha sua não ter sido promovido (ARENDT, 2012, p. 172).

Arendt demonstrou que Eichmann não se comportava como um monstro ou um ideólogo fanático, mas sim como um burocrata medíocre que cumpria ordens sem refletir criticamente sobre a moralidade de suas ações. Sua falta de imaginação e a ausência de pensamento crítico permitiram-lhe tornar-se um instrumento eficiente de um regime genocida, evidenciando o perigo da submissão irracional e a concretização dos traços da Personalidade Autoritária na história.

3. PRECONCEITOS E HOSTILIDADE A GRUPOS DIFERENTES

Os impulsos hostis, anteriormente reprimidos, que foram alimentados pelo convencionalismo e pela submissão alienada, geram um ego alien, o Eu (Ego) que se tornou alheio (Alien) ao seu possuidor. Ele é o resultado da submissão excessiva e do medo da autoridade, levando os indivíduos a se sentirem atormentados pela alienação. Isso direciona seu desejo de condenar, rejeitar e punir aqueles que violam seus ideais, pois:

O indivíduo que foi forçado a renunciar aos prazeres elementares e a viver sob um sistema de rígidas restrições, e que, portanto, se sente sobrecarregado, provavelmente não apenas buscará um objeto sobre o qual possa “descarregar”, mas também ficará particularmente irritado com a ideia de que outra pessoa está “se safando de algo”. (ADORNO, 2019, p. 144).

A hostilidade contra grupos minoritários não é um problema individual isolado, mas sim um reflexo das condições sociais, culturais e psicológicas mais amplas. Historicamente, as estruturas sociais e culturais necessárias podem fomentar o ódio contra as minorias por meio de práticas sistemáticas que legitimam a exclusão, marginalização e violência contra grupos considerados fora da estrutura social comum da sociedade.

O poder disciplinar é, de fato, um poder que, em vez de se apropriar e retirar, tem como função maior "adestrar"; ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las em conjunto. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes. "Adestra" as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina "fabrica" indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. (FOUCAULT, 1987, p. 195).

Durante a Segunda Guerra Mundial, os judeus foram tomados como bodes expiatórios, pois Hitler, apoiando-se na ideia de que a Alemanha só poderia prosperar ao eliminar os grupos que não traziam lucro ao país, visava os judeus, homossexuais, comunistas e ciganos – grupos minoritários considerados fracos e parasitas. Ele criou uma propaganda ultranacionalista e supremacista que rapidamente conquistou aqueles que buscavam uma figura de poder carismática e que, para preencher o vazio do “Eu”, adotaram fielmente suas ideias, bem como o ódio contra aqueles considerados “sujos”. Essa relação de Líder-Seguidor, segundo Adorno, seria:

Uma solução que tal indivíduo frequentemente encontra é o alinhamento com figuras de poder, um arranjo pelo qual ele é capaz de satisfazer tanto sua necessidade de poder quanto sua necessidade de se submeter. Ele espera que, ao se submeter ao poder, possa participar dele (ADORNO, 2019, p. 153).

A agressão autoritária também está ligada a aspectos morais. O Eu (ego), que é responsável por equilibrar as demandas do mundo externo e as normas morais (supereu), pode se tornar disfuncional. Quando o superou é disfuncional, ele opera de maneira rígida e repressiva, gerando hostilidade e uma necessidade de controle. Isso faz com que o Eu busque uma segurança externa, forçando o indivíduo a depender de instituições ou líderes autoritários para a orientação moral e organizacional. Assim, a moralidade, que deveria ser um processo autêntico, passa a ser imposta, e os valores morais são adotados passivamente, de acordo com normas externas.

A consciência, neste caso, encontra-se exteriorizada, o que faz com que o indivíduo crie uma oposição com o subjetivo, delimitando seu Eu fraco. “O Eu fraco é tipificado como um sujeito

prático, avesso à análise das situações, ao raciocínio e ao questionamento. Por receio e insegurança, ele adota verdades prontas que alimentam sua praticidade e seus desejos imediatos, ignorando os fundamentos morais e éticos”, (LEVINSON, 1975, p. 146). Tal sujeito abraça a ignorância, pois ela é receptiva e alimenta seus medos e sua própria vida interior. Assim, esses indivíduos se tornam prisioneiros de si mesmos e são incapazes de reconhecer o valor do verdadeiro ou do belo.

Essa condição de autoimposta cegueira pode ser metaforicamente comparada à alegoria da caverna de Platão, que descreve a limitação daqueles que não conseguem ascender ao conhecimento e permanecem fixados nas sombras. A recusa do "Eu fraco" em confrontar a razão é precisamente o que Platão descreve como o esforço necessário para alcançar a ideia do Bem:

O fogo que o ilumina é a luz do sol. O cativo que sobe à região superior e a contempla é a alma que se eleva ao mundo inteligível. Ou, antes, já que o queres saber, é este, pelo menos, o meu modo de pensar, que só Deus sabe se é verdadeiro. Quanto a mim, a coisa é como passo a dizer-te. Nos extremos limites do mundo inteligível está a ideia do bem, a qual só com muito esforço se pode conhecer, mas que, conhecida, se impõe à razão como causa universal de tudo o que é belo e bom, criadora da luz e do sol no mundo visível, autora da inteligência e da verdade no mundo invisível, e sobre a qual, por isso mesmo, cumpre ter os olhos fixos para agir com sabedoria nos negócios particulares e públicos. (PLATÃO, Edições 70, 2001. p. 213-215)

A manutenção da ignorância e a fuga do esforço da razão resultam na incapacidade de lidar com a própria fraqueza. Consequentemente, o sujeito projeta em outros indivíduos suas angústias e frustrações, aceitando as restrições impostas externamente sobre as satisfações de suas necessidades. Esta repressão interna gera impulsos agressivos, que se manifestam como indignação moral e agressão autoritária contra grupos minoritários, elementos típicos da Personalidade Autoritária.

4. PADRONIZAÇÃO DIGITAL E O REFORÇO DO AUTORITARISMO: A LÓGICA ALGORÍTMICA DA INDÚSTRIA CULTURAL CONTEMPORÂNEA.

Essa análise se mostra cada vez mais relevante na contemporaneidade, devido ao uso intensivo de algoritmos. “O algoritmo pode ser compreendido como uma sequência finita de etapas ou instruções estabelecidas para resolver um determinado problema, de forma precisa e ordenada”, (FERRARI; CECHINEL, 2008 p.14). No contexto atual, essas ferramentas processam dados e geram resultados a partir de grandes volumes de informações, guiando as decisões de sistemas computacionais, especialmente na era digital. Em sua essência, o algoritmo funciona como uma

estrutura que organiza e controla os fluxos de informações – desde a programação de softwares até o gerenciamento de dados em redes sociais e plataformas online. Essa capacidade de organização e controle propiciou a propagação rápida e massiva das informações e conteúdos transmitidos por indivíduos que possuem a personalidade autoritária, amplificando seu alcance e impacto.

Ao longo dos processos históricos, a postura autoritária tem se inserido nas diversas fases da sociedade humana, utilizando-se da mídia como um meio eficaz para a propagação de ideais que buscam alienar e manipular as massas. Historicamente, os regimes totalitários e autoritários sempre souberam explorar as ferramentas midiáticas para veicular suas mensagens de controle e subordinação. A propaganda, por exemplo, sempre foi uma peça chave nesse processo, sendo descrita como um instrumento poderoso que transforma a percepção das massas, como afirmado por Adorno e Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento* (1985):

A propaganda faz da linguagem um instrumento, uma alavanca, uma máquina. A propaganda fixa o modo de ser dos homens tais como eles se tornaram sob a injustiça social, na medida em que ela os coloca em movimento. Ela conta com o fato de que se pode contar com eles. No íntimo, cada um sabe que ele próprio será transformado pelo meio num outro meio, como na fábrica. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985 p. 209)

Com a evolução dos meios de comunicação, a mídia tradicional deu lugar à mídia digital e às redes sociais, que, em muitos aspectos, replicaram as mesmas práticas de manipulação, porém em uma escala infinitamente maior e mais dinâmica. A automação da informação, por meio de algoritmos, trouxe novas formas de disseminar ideologias, inclusive ideais fascistas e autoritários. Antigamente, a propaganda era veiculada por canais como rádio, televisão e jornais; hoje, os algoritmos controlam o que cada usuário vê nas plataformas digitais, direcionando seu consumo de informações com base em suas interações passadas e comportamentos online.

Os algoritmos, que inicialmente eram desenvolvidos com a função de melhorar a experiência do usuário e otimizar a navegação na internet, acabaram se tornando ferramentas de controle das grandes corporações midiáticas. Essas empresas utilizam algoritmos não apenas para sugerir conteúdos, mas para modelar a percepção pública, promovendo uma agenda ideológica muitas vezes ligada ao autoritarismo. Essa prática facilitou a difusão de ideologias fascistas, contribuindo para a alienação das massas e acelerando a velocidade com que as ideias antidemocráticas se propagam. Tais ideias, muitas vezes voltadas contra minorias, grupos sociais

marginalizados e conceitos democráticos, encontram um terreno fértil nas redes sociais e nos mecanismos de recomendação automatizados.

De acordo com Adorno, os indivíduos, ao enfrentarem situações políticas e econômicas complexas e difíceis de compreender, buscam explicações simplistas e estereotipadas. O ambiente de opacidade e incerteza proporciona a oportunidade ideal para o retorno de padrões infantis de pensamento, em que racionalizações simplificadas e personalizadas substituem a análise crítica e a reflexão profunda:

A opacidade da atual situação política e econômica para a pessoa comum oferece uma oportunidade ideal para a regressão ao nível infantil de estereotipia e personalização. As racionalizações políticas usadas pelos desinformados e confusos são reavivamentos compulsivos de mecanismos irracionais nunca superados durante o crescimento do indivíduo. Esta parece ser uma das principais ligações entre as opiniões e os determinantes psicológicos (ADORNO, 2019 p.357)

O sujeito que não possui uma compreensão profunda da realidade tende a se apegar a ideias preconcebidas e pré-estabelecidas, evitando a complexidade do mundo social e político ao seu redor. Esse comportamento leva a um distanciamento da realidade, onde a verdade é ignorada em favor de narrativas mais simples, que são alimentadas pelos algoritmos e pela mídia. O que é observado, portanto, é uma criação de uma subjetividade alienada, facilmente manipulável, sujeita às influências de ideias autoritárias e antidemocráticas.

Adorno, ao analisar o comportamento de um gerente de departamento de uma empresa de couro em um experimento, percebeu como a ignorância, muitas vezes disfarçada de um discurso sofisticado, pode ser facilmente manipulada para fortalecer tendências reacionárias e autoritárias. Mesmo não sendo um fanático, esse sujeito utilizava estereótipos que, alimentados pelos meios de comunicação, contribuíam para a aceitação de ideias fascistas e autoritárias:

Justamente porque esse sujeito não é de forma alguma um fanático, suas afirmações servem bem para ilustrar como a ignorância é encoberta pela fraseologia e como os estereótipos, emprestados do vernáculo dos atuais editoriais de jornais, contribuem para a aceitação de tendências reacionárias (ADORNO, 2019, p. 359).

Essa análise ilustra como os mecanismos de manipulação, tanto no âmbito dos algoritmos quanto na propagação de ideias fascistas, são eficazes em modelar a opinião pública e direcionar as massas para um conformismo autoritário. Ao fragmentar e simplificar a realidade, essas ferramentas contribuem para a perpetuação de um sistema de pensamento dogmático, onde a crítica e a reflexão são substituídas por um controle social velado e eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os questionamentos que Adorno pretendia responder por meio de sua pesquisa empírica sobre a formação da personalidade autoritária – entrelaçada ao meio e à cultura – continuam extremamente relevantes. Se, no pós-guerra, seu objetivo era compreender as origens do autoritarismo para preveni-lo, hoje, mais de meio século depois dos estudos desenvolvidos em Berkeley, vivemos um cenário em que essas manifestações se tornaram mais acessíveis, disseminadas e amplificadas, ameaçando os fundamentos democráticos. Os capítulos de *The Authoritarian Personality*, de Adorno e colaboradores, em geral analisam dados qualitativos da pesquisa conduzida, especialmente no que se refere às concepções políticas e religiosas dos entrevistados – como a ascensão de pastores com forte atuação política – e também aos capítulos dedicados às concepções psicanalíticas de matriz freudiana.

No que tange à contemporaneidade, o estudo desenvolvido por Adorno e os pesquisadores de Berkeley pode ser utilizado para analisar os diversos comportamentos nas redes sociais e os principais traços da personalidade autoritária. Tomando como exemplo o cenário brasileiro, em 2022, durante o período eleitoral entre dois representantes de diferentes espectros políticos – direita e esquerda –, o país enfrentou um momento de instabilidade política após a derrota do então presidente Jair Messias Bolsonaro. Muitos de seus eleitores manifestaram-se publicamente pedindo uma intervenção militar, uma demanda que remete ao autoritarismo do golpe de 1964. A Ditadura Militar, instaurada por este golpe, ficou historicamente marcada pela suspensão de garantias e direitos civis e políticos, além de práticas de censura, perseguições e assassinatos políticos de opositores. O regime vitimou cerca de 10 mil pessoas, incluindo jovens, estudantes, militantes e ativistas.

A questão que Adorno nos ajuda a levantar nesse caso é a seguinte: como uma sociedade que teve seus direitos usurpados por um regime militar, sem direito ao voto e com inúmeras perdas humanas em nome da democracia, pode desejar novamente uma intervenção autoritária?

Contudo, por meio de uma teoria sociológica da cultura contemporânea, evidencia-se que, ao longo das décadas, os meios de comunicação de massa – cinema, televisão, rádio, jornais – tornaram-se instrumentos de manutenção do status quo, promovendo um pensamento padronizado, enfraquecendo o pensamento crítico e estimulando a passividade política. O debate público transformou-se num espetáculo, em que os consumidores se tornam receptores de opiniões prontas:

A apoteose do tipo médio pertence ao culto do que tem bom preço. [...] O gosto dominante tira o seu ideal da publicidade. [...] O cinema faz publicidade para o monopólio cultural

no seu todo; no rádio, os produtos culturais são elogiados individualizadamente. Por 50 centavos, vê-se o filme que custou milhões, por 10 se obtém o chiclete que traz em si toda a riqueza do mundo e que a incrementa com a sua venda, (ADORNO; HORKHEIMER, 1944).

Com a ascensão das redes sociais como espaço de projeção da vida real e diante da ausência de mediações críticas no seu uso, é possível observar – à luz da tipologia desenvolvida por Adorno – que as características da personalidade autoritária aparecem com grande frequência nos usuários desses ambientes. No final do livro, os autores identificam onze tipos psicológicos que expressam traços dessa síndrome: Ressentido superficial: reproduz estereótipos sociais prontos como forma de justificar frustrações pessoais; seu preconceito se manifesta de modo pseudorracional. Convencional: adere rigidamente a valores sociais tradicionais, sem reflexão crítica; seu comportamento é modelado pela moral do grupo com o qual se identifica. Autoritário: obtém prazer na submissão a figuras de autoridade, ao mesmo tempo que impõe essa submissão a quem considera mais fraco. Rebelde: manifesta ódio irracional à autoridade, com propensão à violência e destruição; segundo Adorno, está próximo de perfis criminosos. Fanático: teme que a realidade externa contamine seu mundo interno; tende à paranoia, perseguição e teorias conspiratórias. Manipulador: frio, meticuloso e sem vínculos afetivos profundos; apresenta concepções rígidas e imutáveis sobre o mundo. Baixo pontuador rígido: ausência de preconceito não decorre de reflexão crítica, mas da adesão automática a fórmulas ideológicas dominantes. O que protesta: opõe-se a toda autoridade externa, guiado pela própria consciência; frequentemente neurótico, culpa-se por resistências internas. Impulsivo: não se orienta por estereótipos; age com instabilidade política e emocional, com simpatia por ideias reprimidas. Easy Guy: evita qualquer confronto; possui traços neuróticos, indecisão política e rejeita o autoritarismo, mas é indiferente ao debate público. Liberal genuíno: defende a autonomia individual e respeita a independência alheia; recusa o vitimismo e julga racionalmente os fatos sociais.

Sendo assim, nota-se que as principais características da síndrome autoritária descritas por Adorno se fazem presentes nos sujeitos que hoje utilizam as redes sociais. Quanto ao conformismo e à submissão à autoridade, observa-se o apoio incondicional a figuras como políticos, influenciadores e líderes religiosos, com discursos exaltados, reprodução de falas prontas e disseminação de “verdades absolutas”. Um estudo de 2016 do pesquisador Alessandro Bessi (IUSS – Instituto de Estudos Avançados) mostrou que comunidades no Facebook se organizam em câmaras de eco, amplificando crenças autoritárias e conspiratórias entre usuários com perfis psicológicos semelhantes.

A agressividade autoritária, especialmente no contexto brasileiro, manifesta-se em hostilidade contra grupos que representam “ameaças” à ordem moral – como minorias sexuais, raciais e ideológicas. Essa hostilidade aparece em campanhas de cancelamento, discursos de ódio e linchamentos virtuais. Casos como a perseguição a professores que expressam opiniões progressistas demonstram como o autoritarismo se projeta na esfera digital. O traço do pensamento rígido e dicotômico se expressa na reprodução de rótulos como “lacrador”, “miliciano”, “esquerdista”, esvaziando a complexidade dos debates. Os argumentos se reduzem a memes e frases de efeito, reforçando visões cristalizadas e polarizadas. A projeção é visível quando sujeitos acusam os “outros” de imoralidade, intolerância ou corrupção, enquanto eles próprios praticam esses mesmos atos em seu discurso.

Perfis que atacam movimentos sociais sob o pretexto de combater o cancelamento, por exemplo, frequentemente são os mesmos que promovem a perseguição e a intolerância. Outro traço recorrente é o tradicionalismo: valorização de papéis sociais rígidos, resistência a mudanças e nostalgia por uma ordem idealizada. Isso se expressa em slogans como “ideologia de gênero”, “Deus, pátria e família” e “volta aos bons costumes”, que circulam em comunidades online sem espaço para diálogo, apenas como forma de repúdio moral e conspiratório.

Por fim, o anti-intelectualismo aparece na desconfiança contra a ciência, o pensamento crítico e os saberes acadêmicos. Universidades e escolas são atacadas como centros de “doutrinação ideológica”, e o conhecimento especializado é ridicularizado. Isso abre espaço para a proliferação de fake news, negacionismo e discursos anticientíficos.

Todas essas análises se fundamentam em pressupostos teóricos que Adorno já desenvolvia em obras como *Dialética do Esclarecimento* (1944), *Mínima Moral* (1949) e em seus textos sobre rádio. É frequentemente enfatizado que o preconceito, para Adorno, é um fenômeno social, e não meramente psicológico. Os indivíduos mais preconceituosos não agem como sujeitos autônomos, mas como reprodutores de ideologias autoritárias e dominantes. Portanto, a classificação elaborada no estudo de Adorno não visa rotular pessoas, mas mapear estruturas de personalidade que, sendo socialmente moldadas, tornam-se instrumentos de reprodução da ideologia autoritária. Esses tipos dizem respeito a traços culturais, constituindo um retrato moral e social dos sujeitos – que se atualiza, com ainda mais força, no ambiente das redes sociais.

A expansão das ideias autoritárias contemporâneas está diretamente associada à influência da esfera pública moldada pela tecnologia e pela mídia. Adorno afirmava que o ser humano é um

produto cultural e político, sendo inevitavelmente condicionado por seu contexto histórico-social. Atualmente, esse contexto é caracterizado por um ambiente midiático altamente tecnológico, onde as redes sociais transformam discursos de ódio e autoritarismo em entretenimento viral, convertendo traços latentes da personalidade autoritária em fenômenos de massa. As redes sociais atuam como catalisadoras do autoritarismo, criando espaços onde o discurso discriminatório ganha legitimidade sob o pretexto de “liberdade de expressão”. A velocidade da informação, aliada ao anonimato digital, propicia a formação de bolhas ideológicas que dificultam o diálogo e a reflexão. Se antes os meios de comunicação de massa como rádio e televisão eram os principais vetores de doutrinação autoritária, hoje dispositivos pessoais como celulares e tablets tornam esse processo mais íntimo, contínuo e personalizado. O sujeito contemporâneo é, muitas vezes, seduzido por um sentimento de poder individual, que se manifesta por meio de postagens, ataques e discursos de intolerância – práticas que alimentam e reforçam estruturas de dominação.

A promessa iluminista de que o avanço científico e tecnológico levaria à emancipação humana revelou-se ilusória. A razão instrumental – voltada exclusivamente para a eficácia, controle e dominação – substituiu a razão crítica, voltada à justiça e à liberdade. A ciência, a burocracia e os aparatos tecnológicos, ao invés de libertarem o sujeito, passaram a operar como ferramentas de controle social. A cultura, nesse cenário, deixa de ser instrumento de emancipação e passa a servir à reprodução do conformismo e da obediência. A sociedade contemporânea vive uma negação sistemática do real e da moralidade. Adorno já alertava que o esclarecimento, ao invés de libertar, pode se voltar contra si próprio, gerando novos mitos e formas de dominação. Assim, a filosofia, cuja finalidade seria desvelar o oculto e questionar o mundo, tem sido esvaziada em publicações simplificadas e descontextualizadas em redes sociais, transformando o pensamento crítico em frases de efeito. Trechos filosóficos são apropriados e distorcidos por discursos que alimentam o negacionismo, o preconceito e a intolerância – contribuindo para a manutenção da ignorância travestida de erudição.

Pierre Lévy (1999), ao discutir a cibercultura, já apontava que a digitalização da informação transformaria profundamente a cultura, a comunicação e o conhecimento. A tecnologia, nesse sentido, não é neutra: ela molda comportamentos, subjetividades e formas de relação com o saber. Pode ser instrumento de libertação ou de opressão. Quando utilizada de forma acrítica, a tecnologia contribui para a sobrecarga cognitiva, o isolamento, o monopólio da informação e a vigilância no trabalho e na vida cotidiana.

O sujeito autoritário, neste novo contexto, não é apenas fruto de uma formação familiar rígida ou de uma tradição cultural repressiva, como apontava Adorno, mas também da adaptação funcional a um sistema técnico que privilegia a performance, a eficiência e a homogeneização. A personalidade autoritária contemporânea manifesta-se na negação da alteridade, no apego a líderes fortes e na rejeição da ambiguidade. Esses traços são amplificados pelas estruturas digitais, que recompensam o discurso de ódio com visibilidade e engajamento.

Diante disso, a educação assume um papel crucial. Para romper com a reprodução da personalidade autoritária, é necessário investir em uma educação dialógica, inspirada na pedagogia crítica. A educação precisa resgatar a filosofia como exercício de pensamento, não como acervo de fórmulas. Trata-se de formar sujeitos capazes de pensar por si mesmos, de questionar normas, de lidar com a diferença e de elaborar sínteses criativas a partir da contradição. A educação dialética, que valoriza a reflexão crítica, o diálogo e a imaginação, é um antídoto contra o avanço da barbárie. Ela recusa tanto o mero tecnicismo quanto o dogmatismo ideológico, promovendo a autonomia intelectual e o engajamento ético. Diferente da instrução funcional, que apenas adapta o sujeito ao sistema, a educação crítica visa transformar tanto o sujeito quanto a realidade em que ele está inserido. O Renascimento, no século XIV, simbolizou o esforço de romper com os dogmas da Idade Média por meio do saber, da razão e da valorização do ser humano. A invenção da imprensa e a expansão do conhecimento marcaram uma virada histórica. No entanto, os avanços tecnológicos posteriores, ao invés de aprofundarem a liberdade, foram muitas vezes instrumentalizados por forças autoritárias. A racionalidade moderna, quando desvinculada da ética, tornou-se mecanismo de dominação. Assim, o desafio contemporâneo é recuperar o sentido emancipador do conhecimento. A educação libertadora não se limita a transmitir conteúdos, mas propõe a formação de sujeitos críticos, capazes de resistir ao conformismo e à manipulação. Por meio da filosofia do diálogo, da valorização da alteridade e da reflexão sobre os próprios pressupostos, a escola pode se tornar um espaço de resistência.

Portanto, a educação desempenha um papel decisivo na prevenção da formação de personalidades autoritárias. Ela pode oferecer instrumentos para que os indivíduos reconheçam e enfrentem as engrenagens da dominação, promovendo uma cultura democrática, plural e ética. Em um mundo marcado pela ascensão do autoritarismo travestido de liberdade, educar para a crítica é um ato político essencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor W. **O ensaio como forma**. Tradução Jorge de Almeida. São Paulo: Ed. 34, Coleção espírito crítico, 2003.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia**: Reflexões a partir da vida danificada. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel; SANFORD, Nevitt. **The Authoritarian Personality**. New York: Harper & Brothers, Copyright American Jewish Committee, 1950.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- BACON, Francis. **Novum Organum: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. Tradução e notas de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).
- BESSI, A. et al. Personality traits and echo chambers on Facebook. **arXiv preprint**, arXiv:1605.01367, 2016. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1605.01367>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- CARONE, Iray. A Personalidade Autoritária Estudos Frankfurtianos sobre o Fascismo. **Revista Sociologia em Rede**, vol. 2, n. 2, 2012.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Jacob Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HORKHEIMER, Max. Authority and the Family. In: **Critical Theory – Selected Essays**. New York: Continuum, 1982.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas**. CIDADE Editora. 1944
- HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, Max. **Teoria tradicional e teoria crítica**. Tradução de João Gabriel de Lima. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 117-159. (Coleção Os Pensadores).
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
- PLATÃO. **A República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 10. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. Livro VII, 514a-521b
- PUCCI, B. **A personalidade autoritária no Brasil em tempos de neoliberalismo e de coronavírus**. Dossiê: Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil. 2020.